



Governo de gestão pode pedir até 18 mil milhões ao FMI

José Sócrates pode pedir ajuda, dizem constitucionalistas, mesmo que limitado ao consignado no OE. Novo governo fará rectificativo

MARGARIDA BON DE SOUSA

margarida.bondesousa@ionline.pt

Um governo de gestão pode pedir ajuda internacional desde que não ultrapasse o que está na lei. E o que está na lei, neste caso, são os limites ao endividamento contidos no Orçamento do Estado (OE) para 2011, expurgados da nova dívida emitida este ano: ou seja, cerca de 18 mil milhões de euros, inferior ao pacote de 75 mil milhões de euros estimados pelos analistas para a ajuda. Esta é a opinião generalizada dos quatro constitucionalistas questionados pelo *i*: Cardoso da Costa, ex-presidente do Tribunal Constitucional, Guilherme Fonseca, Bacelar Gouveia e Tiago Duarte.

“O critério de um governo de gestão é a prática de actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos”, disse o ex-presidente do Tribunal Constitucional. “Um pedido de ajuda externo insere-se nesse quadro. Os limites para este pedido estão inscritos na actual lei do OE, ou seja, rondam os 20 mil milhões de euros. Até esse montante, o executivo pode pedir ajuda ao Fundo Europeu de Estabilização Europeia e ao FMI, sem constrangimento.”

Este valor, recorde-se, foi estabelecido pelo próprio governo liderado por José

Sócrates para o corrente ano. O que poderá acontecer, caso recorramos ao FMI, é o próximo governo ter de fazer um orçamento rectificativo que fixe novos limites. E aí já será o novo parlamento a aprovar a futura lei.

“O entendimento do que pode ou não fazer um governo de gestão está exposto em acórdãos do Tribunal Constitucional”, acrescenta o ex-presidente do TC. “Há a falsa ideia de que os governos de gestão só podem ocupar-se da gestão corrente dos assuntos de Estado. Mas o que a Constituição estabelece no número 5 do artigo 186 é a prática de actos estritamente necessários à gestão dos negócios públicos. E isso dá aos governos uma grande latitude de acção.”

Também Guilherme de Costa partilha deste entendimento. E vai mais longe. “Trata-se de um problema de subsistên-

O pedido de ajuda é feito em nome da prática de actos estritamente necessários à gestão dos negócios públicos

cia do Estado”, diz. “É uma asneira continuarmos a financiarmo-nos às actuais taxas de juro, independentemente do governo que vier a seguir.”

“O primeiro-ministro tem capacidade para pedir ajuda externa porque é um acto inadiável”, defende Bacelar Gouveia. “Não o fazer é uma incoerência e uma total falta de responsabilidade. É uma armadilha para tentar pôr as culpas nos outros quando já se sabia que a intervenção externa era necessária.”

Tiago Duarte diz que a Constituição não estabelece um critério para situações como esta. Ou seja, não permite nem defende, circunscreve as competências de um governo de gestão a “tudo o que é estruturante e necessário à condução dos negócios públicos. Se o actual governo entender que pode esperar dois meses, não é obrigado a fazê-lo. Pedir aos bancos ou ao FMI é uma decisão que lhe cabe somente a ele.”

O constitucionalista remete para o Orçamento do Estado o enquadramento do pedido de ajuda ao Fundo. “O valor que está inscrito na lei é para o ano todo, por isso nada impede que seja utilizado agora. Acima desse montante, é necessária a aprovação do parlamento, o que só poderá acontecer depois das eleições antecipadas.”

Citações

“Há alguma confusão entre gestão corrente e decisões estritamente necessárias à gestão dos negócios públicos”

Cardoso da Costa

EX-PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

“Trata-se de um problema de subsistência do Estado. É uma asneira continuarmos a financiarmo-nos às actuais taxas de juro”

Guilherme da Fonseca

CONSTITUCIONALISTA

“O primeiro-ministro tem capacidade para pedir ajuda externa porque é um acto inadiável”

Bacelar Gouveia

CONSTITUCIONALISTA

“Se o actual governo entender que pode esperar dois meses, não é obrigado a fazê-lo. Pedir aos bancos ou ao FMI é uma decisão que lhe cabe somente a ele”

Tiago Duarte

CONSTITUCIONALISTA



Não são precisas eleições para pedir ajuda a Strauss-Khan, presidente do FMI

REUTERS